



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

ENTRE OLHARES E VIVÊNCIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DAS DOZE PRAÇAS DO CONJUNTO NOVA MARAMBAIA I EM BELÉM - PA.

Autores:

CRISTINA CÁTIA ARAÚJO RÊGO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - ccarpaisagismo@yahoo.com.br

Resumo:

Partindo-se da relação sócio espacial, o espaço assume a condição de produto da ação humana ao longo de sua existência o qual se materializa formalmente. Na sua qualidade de público, o espaço assume papéis diversos, como: lugar da ação política, palco de apropriações sociais e espaço socialmente produzido e carregado de diversos significados simbólicos. Inserida nesta categoria de espaço, a praça constitui-se como um equipamento urbano de convivência e lazer, cuja apropriação está relacionada a fatores de atração e repulsão. As vivências, caracterizadas como experiências vividas pelos indivíduos nos lugares correspondentes ao domínio público, se constituem como um fator fundamental de análise referente às relações socioambientais e às formas de apropriação espacial. O presente trabalho refere-se às reflexões acerca dos modos de apropriação e vivências como prática social nas doze praças do Conjunto Nova Marambaia I, situado em Belém, Estado do Pará, possíveis a partir da análise teórica sobre conceitos de espaço, espaço público, equipamento de lazer, praça pública e vivências além de observações realizadas in loco e entrevistas realizadas com usuários locais.

ENTRE OLHARES E VIVÊNCIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DAS DOZE PRAÇAS DO CONJUNTO NOVA MARAMBAIA I EM BELÉM – PA.

RESUMO

Partindo-se da relação sócio espacial, o espaço assume a condição de produto da ação humana ao longo de sua existência o qual se materializa formalmente. Na sua qualidade de público, o espaço assume papéis diversos, como: lugar da ação política, palco de apropriações sociais e espaço socialmente produzido e carregado de diversos significados simbólicos. Inserida nesta categoria de espaço, a praça constitui-se como um equipamento urbano de convivência e lazer, cuja apropriação está relacionada a fatores de atração e repulsão. As vivências, caracterizadas como experiências vividas pelos indivíduos nos lugares correspondentes ao domínio público, se constituem como um fator fundamental de análise referente às relações socioambientais e às formas de apropriação espacial. O presente trabalho refere-se às reflexões acerca dos modos de apropriação e vivências como prática social nas doze praças do Conjunto Nova Marambaia I, situado em Belém, Estado do Pará, possíveis a partir da análise teórica sobre conceitos de espaço, espaço público, equipamento de lazer, praça pública e vivências além de observações realizadas in loco e entrevistas realizadas com usuários locais.

Palavras-chave: Apropriação, espaço público, praça, conjunto Nova Marambaia I.

INTRODUÇÃO

Os espaços públicos exercem grande importância na vida urbana, em especial as praças, objeto de análise desse estudo, por se constituírem como campos de vivências, espaços de ação, de relações e de tensões entre diversos agentes sociais, os quais transformam esses lugares através de diversas práticas sociais, dentre elas, o entretenimento coletivo e o lazer.

A capital belenense, principalmente na década de 1970, durante o seu processo de expansão urbana, ultrapassa os limites do “cinturão institucional” que delimitava a cidade na chamada Primeira léguas patrimonial, para localidades mais distantes situadas na Rodovia Augusto Montenegro, BR 316 e Estrada do Coqueiro; tal fato foi estimulado pela implantação e localização de novos empreendimentos industriais e de conjuntos habitacionais, os quais foram responsáveis por atrair pessoas em busca de emprego e casa própria, produzidas, em geral, nos moldes ideológicos do governo militar. Além disso, Trindade Jr. (2016) afirma que os conjuntos habitacionais também foram implantados objetivando a realocação de pessoas

das classes de baixo poder aquisitivo que antes habitavam áreas de baixadas localizadas na primeira légua patrimonial e que passaram a ser valorizadas pela especulação de terras urbanas.

Na época, tal implantação ocorreu através de políticas habitacionais implementadas através da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA), uma empresa mista vinculada ao Banco Nacional de Habitação (BNH) que financiava projetos cujos modelos pré-definidos adotavam, como solução, certos esquemas da “cidade ideal moderna”; esses projetos, geralmente eram constituídos por blocos de apartamentos ou residências isoladas em lotes, além de ruas e espaços abertos coletivos, que, “na maioria das vezes, não recebem tratamento algum que os diferencie em lugares distintos, embora ocasionalmente registre-se a presença de play-ground ou quadra esportiva em seu interior” (COMAS, 1986, p.11).

Fazendo parte dessa realidade, o conjunto Nova Marambaia I, pertencente ao bairro da Marambaia, na referida capital belenense, está localizado à nordeste da primeira légua patrimonial do município, próximo à saída da cidade; o recorte é adjacente ao início da rodovia Augusto Montenegro, com quem limita-se pelo lado frontal, estendendo-se ao longo da rua da Marinha, com quem limita-se lateralmente (fig. 01).

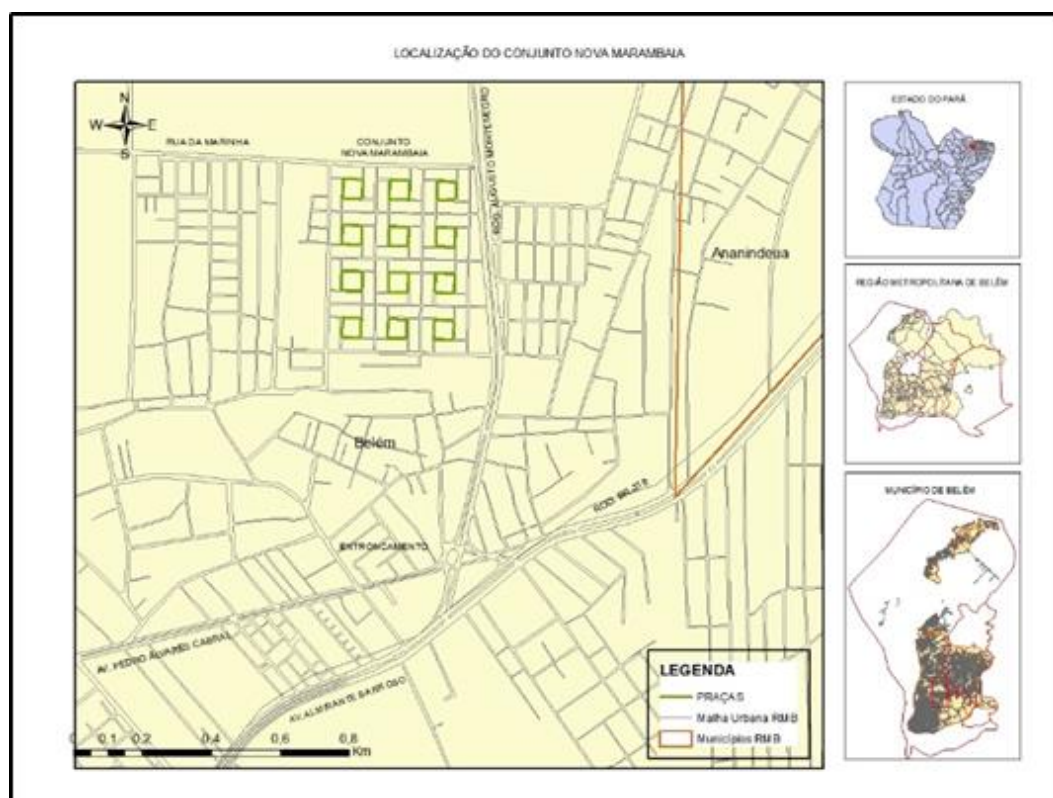


Figura 01: Localização do conjunto Nova Marambaia I
Fonte: Camila Cruz – adaptado de COHAB (2010).

O referido conjunto, entregue em 29 de fevereiro de 1968 (fig.02), foi implantado pela construtora Gualo, numa área de 198.075 m², objetivando inicialmente a provisão de moradias para uma população de baixa renda, remanejada de uma área de baixada,

equivalente atualmente à algumas partes do bairro do Reduto, onde está localizada a avenida Doca de Souza Franco; segundo Trindade Jr (2016), o referido conjunto contava originalmente com 834 unidades habitacionais padronizadas em alvenaria, dispostas cada uma, no centro do lote, apresentando uma tipologia única.



Figura 02: conjunto Nova Marambaia I, em 1971

Fonte: <http://fragmentosdebelem.tumblr.com/page/41>

Após as diversas mudanças ocorrentes ao longo da sua existência, percebe-se que, atualmente, o cenário paisagístico do conjunto é totalmente dissemelhante ao da época de sua implantação; hoje, o local apresenta características de conjunto de classe média (fig.03), as casas foram sendo reformadas, ampliadas ou substituídas por novas edificações de até três andares de altura; parte de algumas dessas edificações também foram reformadas e adequadas à função de comércio e serviços, e outras foram suprimidas para a construção de estabelecimentos educacionais.



Figura 03: Conjunto Nova Marambaia I na atualidade

Fonte: Cristina Rêgo (arquivo particular), 2017

Além dessas edificações, o referido conjunto é formado por um sistema de espaços livres públicos constituído por ruas retas, e praças, estas últimas, totalizando doze unidades que aparentemente, durante o processo de projeto, funcionaram como elemento principal estruturando o desenho urbano local; nesse contexto, observa-se que há uma quantidade significativa de espaços públicos destinados ao convívio e lazer (fig. 01).

Percebe-se, nas referidas praças, apropriações diversas, além de contra-usos e de determinados conflitos que, em conjunto, abrem a possibilidade para o debate acerca da real necessidade da totalidade dos logradouros em questão. Observa-se que, em torno das praças, a tipologia residencial predominante é definida pela existência de pátios frontais e abertos, lindeiros às estreitas áreas públicas de circulação e fechados por gradil metálico, abrindo para a possibilidade de uso contemplativo das referidas praças.

Assim como as ruas, os passeios também são estreitos, sem espaço suficiente para o cultivo de árvores ou mesmo de arbustos, fato importante quando se considera neste contexto, a equivalência entre a precariedade espacial das áreas citadas e o abastamento das áreas das referidas praças. Nas edificações não adjacentes às praças, percebe-se diferenciadas tipologias edilícias, com ou sem pátios frontais e com ou sem afastamentos.

OS ESPAÇOS PÚBLICOS, OS EQUIPAMENTOS DE LAZER E AS PRAÇAS

Num rápido olhar sobre uma tentativa de entendimento sobre o espaço, verifica-se que este, dependendo da área científica, corresponde a uma somatória de acepções com sentidos variados. Nas ciências exatas, por exemplo, pode corresponder à distância entre dois pontos. Nas ciências sociais, o espaço é tratado considerando diversos fatores: histórico, político, econômico, etc., nos quais o homem se constitui enquanto sujeito desse processo.

Para a compreensão das ações de apropriações que o homem, enquanto ser social, exerce sobre determinados espaços, é fundamental o entendimento da relação socioespacial, comumente verificada em disciplinas como a sociologia e a geografia, onde o espaço se constitui numa relação subjetiva entre tangibilidades, assumindo a condição de produto da ação humana e sendo, ao mesmo tempo, palco onde essas ações ocorrem.

Nessa diretriz, Manuel Castells (1983) entende o espaço como uma expressão concreta, no qual uma sociedade se especifica historicamente, num contexto inter-relacional, ou seja, o espaço constitui-se como um produto material, o qual relaciona-se como outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social.

Tal condição conduz igualmente, às principais proposições da geografia Miltoniana a qual visualiza o espaço como fenômeno relacional, sendo que as relações “não são entre as coisas em si ou por si próprias, mas entre suas qualidades e atributos” formando, portanto, um sistema de relações, onde, segundo o autor:

- O espaço é teorizado como instância social, não podendo ser formado apenas pelas coisas (entendidas como objetos geográficos), mas também pela sociedade; o autor, neste sentido, classifica como elementos componentes do espaço: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas (SANTOS, 2012, p.16).

- O espaço é um híbrido, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, de fixos e fluxos; verifica-se, nesta última compreensão, a impossibilidade da existência espacial como resultado do divórcio das duas categorias mencionadas ou da inexistência de uma delas, isto é, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e o sistema de ações conduz à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. Essa compreensão conduz a conceituação de objeto como produto de uma elaboração social (diferentemente das coisas que seriam resultado das forças naturais) e da ação como a execução de um ato projetado alterando o meio em que se insere (SANTOS, 2012, p. 63-78).

Diante desse entendimento, seria desconexo pensar em “isolar” tanto um objeto - já que este se constituiria como pura abstração - como uma ação. Esse conjunto objetos-ações produz um movimento dialético que conduz à dinâmica espacial.

Nesse sentido, o espaço, na sua qualidade de público, agrega definições e caracterizações, importantes para os estudos e análises das diversas particularidades presentes em realidades distintas e muitas vezes, até antagônicas.

Além de se constituir como espaço físico, concreto e material (GOMES, 2012, p. 25), também é, na visão de Hannah Arendt, o lugar da ação política, a qual se refere à ideia de condição da existência humana no mundo através da capacidade de discernimento de cada ser humano "... intercambiável a partir da possibilidade de comunicação entre os indivíduos, o que confere um caráter intersubjetivo à esfera pública, ampliada a partir do confronto de (diferentes) ideias e ações"(SERPA, 2009, p. 16)

Assim sendo, o espaço público também é palco das apropriações sociais, onde as pessoas podem estar presentes ou copresentes, se constituindo como espaço socialmente produzido e carregados de significados simbólicos para os indivíduos (BAHIA, 2014, p. 128).

Outros fatores fundamentais à legitimidade do espaço público referem-se à publicidade, cujos atributos são a visibilidade e o reconhecimento (presentes em alguns espaços públicos específicos como as ruas, por exemplo), às condutas de coabitação, ou seja, ao convívio entre os indivíduos de diferentes grupos sociais (raça, cor, sexo, religião, etc), respeitando a liberdade cidadã e à inexistência de obstáculos à sua penetrabilidade ou ao seu atravessamento, (GOMES, 2012, p. 27-32). Este último fator, quando relacionado à tipos específicos de espaços públicos, restringe a sua acessibilidade; logo,

Chamamos de 'públicos' certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um - assim falamos de locais públicos ou de casas públicas. Mas já falar de 'prédios públicos' não significa apenas que todos têm acesso a eles; eles nem sequer precisam estar liberados a frequência pública; eles simplesmente abrigam instituições do Estado e, como tais, são públicos [...] (HABERMAS, 1984, p.14, apud QUEIROGA, 2012, p. 58)

Neste contexto, quando se enxerga a cidade moderna na sua totalidade física, observa-se diferenças bem acentuadas de movimento de frequência e de uso de alguns logradouros públicos, como ruas e praças de bairro, os quais constituem fatores diferenciadores de bairros. "Nos chamados bairros nobres, onde reside a população de alta renda, as ruas são vazias. Nos bairros populares, - com população de baixo poder aquisitivo – a rua é quase uma extensão da casa" (CARLOS, 2009, p.22-23).

O espaço, no entendimento como um produto social, constitui-se num meio onde são inseridos os equipamentos, os quais são compreendidos como os objetos que organizam o referido espaço e onde são realizadas diversas atividades. Nesse entendimento, a cidade se caracteriza como um espaço que comporta vários equipamentos: praças, bosques, parques urbanos, unidades de conservação, centros culturais, ... (SANTINI, 1993 apud BAHIA, 2014).

Alguns autores identificam as praças como espaços públicos que são ou que poderão ser associados às funções de lazer, os quais apresentam particularidades quanto a sua categoria jurídica, tipológica e/ou morfológica e que incorporam possibilidades diferenciadas de apropriações e usos como os parques e as ruas.

Nesse contexto, as praças se constituem enquanto equipamentos públicos adotados de certos atrativos, que podem possuir funções diversas de lazer ativo e/ou passivo, onde ocorrem determinadas práticas sociais relacionadas à vida pública e limitadas por edificações

ou ruas. Macedo (2010), entretanto, afirma que a praça se constitui como um espaço livre público destinado a diversas atividades sociais, culturais e esportivas, desde passeios à manifestações políticas.

Desde tempos remotos, a praça pública aglutina funções diversas: na ágora grega, esse espaço se constituía como local de reuniões, onde era possível o exercício da cidadania; na Idade Média e no Renascimento, constituíam-se como o espaço do mercado, onde ocorria a troca de mercadorias, os encontros e as festas; as *piazas* italianas eram palcos de diversos rituais populares como casamentos, funerais, comemorações, execuções, corridas, encenações teatrais, etc. No Renascimento, o modelo da *plaza mayor* medieval, centrífuga e aberta é convertido num modelo centrípeto, fechado, disciplinado e utilizado para festas controladas e ritualizadas. Nessas praças não era comum o plantio de árvores, constituindo assim, as chamadas “praças secas”. No Brasil, desde o início da colonização, as praças exerciam funções religiosas, civis e militares, se constituindo como palcos de atividades diversas desde festas até enforcamentos. Entre os séculos XIX e XX, as praças sofrem modificações, como resultado dos ideais de modernização europeus, sendo transformadas em praça ajardinada e a partir da década de 1950, passam a apresentar novas formas, funções e usos, devido ao planejamento urbanístico baseado no modernismo, que transformou a função cênica e contemplativa em novas funções, introduzindo novos elementos para práticas de lazer esportivo, *playgrounds* com brinquedos para crianças, palcos e anfiteatros para apresentações ao ar livre (BAHIA, 2014, p.152-156).

Juntamente com as ruas, estes logradouros se configuram como os espaços comuns mais frequentemente encontrados nas cidades, e, portanto, bem próximos do alcance da maioria dos habitantes, consistindo “em um dos dois mais importantes espaços públicos urbanos da história da cidade no país, tendo, desde os primeiros tempos da colônia, desempenhado um papel fundamental no contexto das relações sociais em desenvolvimento” (Macedo, 2010, pg.11).

No Brasil, inúmeras praças existentes sobretudo em médias ou grandes cidades, não funcionam devidamente segundo as finalidades para as quais foram criadas, perdendo suas qualidades enquanto lugares de encontros, de prazer, de diversão, sucedendo assim na perda de suas identidades como alternativas de lugares de uso público, devido a questões variadas relacionadas “a dificuldade de acesso a essas áreas, a falta de políticas de lazer para os espaços e equipamentos, a falta de divulgação desses espaços, à violência das cidades” (BAHIA, 2014, p.129), portanto, se constituindo muitas vezes, como meros vazios urbanos, correspondendo meramente a frações a mais no interior do tecido urbano. Outro importante fator negativo que contribui para o abandono dessas áreas por parte da população está relacionado a falta de serviços de manutenção desses locais, os quais são de responsabilidade das administrações públicas. Tal situação “contribui para o ‘enclausuramento’ das pessoas, por não terem opções de lazer nos logradouros públicos, em espaços e em equipamentos públicos a esta prática, que acabam gastando seu tempo disponível em ambiente doméstico” (MARCELLINO, 2006 apud BAHIA, 2014, p.129). Este “enclausuramento” não é apenas físico, mas avança para “outros tipos de isolamento” como aquele relacionado às diversões provenientes do uso de equipamentos tecnológicos como a televisão, o celular e o computador.

Um outro fato a ser considerado refere-se à limitação à certas apropriações, à qual é consequência da restrição da oferta de usos diversificados; Macedo (2010, pg.11) explica que a praça, como ambiente de uso público, “é praticamente desconhecida em sua essência, tanto por seus usuários como criadores ... duas figuras se destacam no imaginário popular: de um lado, a visão do jardim, e, do outro, a da praça de esportes, ambas bastante limitadas e pouco abrangentes”. Entretanto, as praças, na sua maioria, continuam sendo bastante utilizadas, por diversos grupos sociais com funções variando desde o estar, o descansar, o contemplar, o se divertir, o jogar e até o educar, dentre outras; verifica-se que, em certos contextos, apesar da praça ter sido concebida com limites de uso, seus frequentadores “criam” maneiras de ampliar suas funções.

A questão da apropriação desses logradouros públicos está relacionada, como visto anteriormente, a vários fatores negativos que interferem no espaço urbano. Dentre eles, a acessibilidade, ou a falta desta, representa um fator fundamental às apropriações, não podendo “estar condicionada, a nenhum critério, senão aqueles previstos pela lei e legitimados por causa da igualdade de condições do respeito às liberdades individuais e ao bom convívio social” (CARLOS, 2009, p. 29), entretanto, carrega em si, certas condicionantes variáveis não somente à esfera física, mas também à esfera simbólica, com “implicações que ultrapassam o *design* físico das ruas, praças, parques, largos, *shopping centers* e prédios públicos” (SERPA, 2009, p.16).

... AS PRAÇAS DO CONJUNTO NOVA MARAMBAIA I

As praças do conjunto Nova Marambaia I dispõem-se linearmente apresentando um padrão morfológico com formato quadrado, as quais são limitadas, cada uma, por quatro vias e passeios margeados por quadras, formando ao todo, doze módulos (fig. 04). Sem um padrão morfológico, possuem semelhanças e dessemelhanças quanto ao desenho interno e quanto ao desenho de alguns mobiliários.

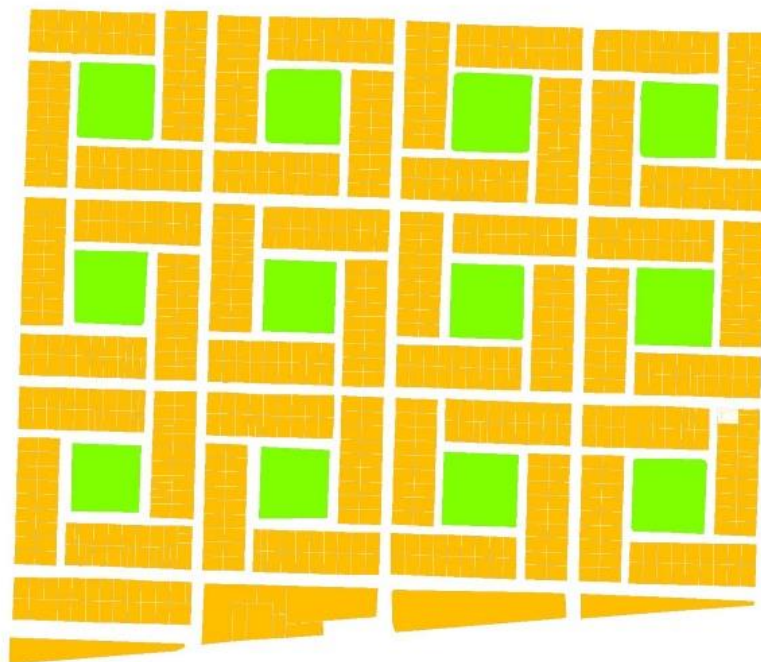


Figura 04: disposição e localização das praças do CNMI

Fonte: Camila Cruz, 2016

Portanto, quanto ao formato interno, cada praça apresenta singularidades; possuem passeios, canteiros, postes de iluminação e algumas possuem quadras, playgrounds, bancos, lixeiras, além de objetos (alguns recicláveis) que funcionam como vasos ou como elementos decorativos; a distribuição desses mobiliários não é homogênea em todas as praças, e além disso, muitos deles se encontram deteriorados devido a ação do tempo e a falta de manutenção.

Em algumas praças foram encontradas quadras esportivas em funcionamento ou em condições de funcionamento e em outras, tais equipamentos apenas ocupam espaço, não sendo utilizados pela população devido as diversas rachaduras presentes no piso (fig. 05).



Figura 05: quadra no CNMI

Fonte: Cristina Rêgo (arquivo particular), 2017

Outra situação observada refere-se aos brinquedos infantis, implantados em duas praças, mas que somente em uma, ainda estão em condições de uso (fig. 06).



Figura 06: brinquedos infantis no CNMI

Fonte: Cristina Rêgo (arquivo particular), 2017

Uma situação excepcional atípica encontrada em algumas praças, foi a inexistência total de bancos (fig. 07).



Figura 07: praça reformada e sem bancos no CNMI

Fonte: Cristina Rêgo (arquivo particular), 2017

Todas as praças possuem vegetação composta predominantemente por árvores, plantadas, segundo informações adquiridas através de algumas entrevistas, por moradores vizinhos às praças. Dentre as espécies arbóreas encontradas destacam-se castanhola (*Terminália cattapa*), palheteita (), fícus (), oiti () e mangueira (*mangífera indica*)

Dentre todas as praças, apenas uma recebeu reforma recentemente (2015) e que é mantida através dos rendimentos provenientes do aluguel de sua quadra (fig. 07); as demais são conservadas parcialmente através da ação de alguns moradores que geralmente “limpam” a área defronte a sua residência (fig. 08) e em outras, alguns moradores unem-se eventualmente e pagam pelos serviços de limpeza da área total.



Figura 08: morador limpando calçamento de praça no CNMI

Fonte: Cristina Rêgo (arquivo particular), 2017

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS VIVÊNCIAS NAS PRAÇAS DO CONJUNTO NOVA MARAMBAIA I

As vivências, nos lugares correspondentes ao domínio público, constituem-se como um fator fundamental de análise referente às formas de apropriação e de verificação acerca das relações socioambientais e conseqüentemente, se o resultado de tal análise, sinaliza elementos como constituintes ao direito à cidade e aos locais onde ocorrem; essas vivências referem-se às práticas sociais, caracterizadas como experiências vividas pelos indivíduos.

Neste sentido, observações in loco e entrevistas foram realizadas, em diferentes momentos, com os usuários, diretos e indiretos, das praças do CNMI; entende-se aqui, como usuário direto, aquele que frequenta fisicamente o espaço, aquele que adentra o espaço e como usuário indireto, aquele que usufrui do espaço, porém, limitando-se apenas à observação deste.

Genericamente, foram identificados alguns tipos de usuários e de vivências/práticas sociais nos referidos logradouros, entretanto, em alguns, observou-se algumas práticas atípicas a esses lugares. Neste sentido, foram observadas as seguintes particularidades:

- Transeunte – usa a praça como área de circulação;
- Contemplador – utiliza a praça como área de contemplação;
- Usuários de lazer – utilizam a praça para a realização de atividades diversas como passeios, encontros, brincadeiras, reuniões, festas, apresentações musicais;
- Praticantes de atividades físicas – utilizam a praça para a prática de caminhada, de esportes (futebol de salão e outros) e de ginástica.
- Cuidadores da praça – moradores que se dedicam na tarefa de manutenção desses espaços no que concerne a certas práticas como capina e jardinagem, por exemplo;
- Outros tipos de usuários – utilizam a praça para a prática incomuns como, por exemplo, secagem de roupas, estacionamento de veículos motorizados, depósito de materiais de construção, descarte de lixo e consumo de drogas.

De acordo com as entrevistas, existem algumas necessidades relacionadas a implantação de infraestrutura e de equipamentos de lazer como passeios para caminhadas, brinquedos infantis e academia de ginástica ao ar livre; além disso, muitos entrevistados reclamaram sobre a falta de serviços de manutenção por parte da administração pública local a qual afeta, segundo eles, a falta de interesse pela utilização das praças; alguns entrevistados reclamaram sobre a falta de políticas públicas de incentivo a práticas culturais; alguns moradores se opõem a existência de bancos nas praças por afirmarem que os mesmos seriam utilizados para certas práticas ilícitas como por exemplo, o consumo de drogas e práticas sexuais.

As entrevistas também revelaram que muitas pessoas que moram defronte às praças, não as utilizam por se sentirem inseguros devido às questões de violência e pelo medo causado devido a presença de usuários de drogas; um dos entrevistados relatou um caso ocorrido a cerca de dois anos em que uma pessoa foi assassinada dentro de um carro defronte à uma das praças e o corpo abandonado ali mesmo.

Constatou-se também que alguns moradores “cuidam” da área da praça situada defronte a sua residência através da realização de varrição, capina, plantio de espécies de plantas ornamentais e colocação de objetos com intuitos decorativos como pneus e garrafas pet.

Através das observações in loco, foi verificado que as praças não são utilizadas frequentemente, ficando seu uso restrito a alguns poucos usuários, em certos períodos do dia e da noite e aos finais de semana, dando a aparência de “vazios” urbanos. Neste sentido, essas realidades demonstram o “que Jacobs (2000) aponta como uma necessidade de se ter parques de bairro (as praças estão incluídas nessa categoria), os quais devem estar situados bem próximo onde se concentram diferentes modos de vida, de atividades, de ‘pulsação’ dos bairros” (BAHIA, 2014, p. 253). Aos finais de semanas, algumas famílias residentes defronte às praças, costumam se reunir com amigos para almoçar, beber e conversar na área interna das praças, mais próximas a sua residência; além disso, alguns moradores usam esses locais, mais precisamente, a parte localizada defronte à sua casa, juntamente com a rua, como complemento da sua área residencial para a realização de festas.

Nesse contexto, verificou-se que as praças do CNMI se constituem como lugares de contrastes, onde ocorrem usos e contra-usos diversificados e onde a ausência do poder público se constitui como um importante fator relacionado ao abandono desses locais, por ser eximir da sua responsabilidade pela criação e efetivação de políticas públicas relacionadas a práticas de lazer, ao provimento de segurança e à manutenção desses logradouros e onde esses lugares são marcados pela intensa existência de edificações residenciais. Esses fatores, produtos de objetos e ações, inter-relacionam-se contribuindo para o esvaziamento social desses logradouros públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA, Mirleide Char. O lazer e as relações socioambientais em Belém, Pará. Belém: NAEA, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. (Repensando a Geografia).

COMAS, Carlos Eduardo D. O espaço da arbitrariedade. Considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da cidade brasileira. In: Desenho Urbano no Brasil: Anais do II SEDUR-Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. São Paulo: Pini; Brasília: CNPQ; Rio de Janeiro: FINEP, 1986.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias et al. (Orgs). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.19-41.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. São Paulo, 2012. 284p. Tese (Livre docência – Área de concentração: Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Formação metropolitana de Belém (1960-1997). 1 ed. Belém – PA: Paka-Tatu. 2016.